

DESCARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INVESTIGANDO OS DESMONTES EM CURSO

Lucilia Augusta Lino, UERJ, prof.lucilia.uerj@gmail.com
Priscila de Souza Costa Couto, UERJ, priscilasccouto@gmail.com
Izabel Cristina Marçal Gonçalves, UERJ, izabelmarcal@live.com
Jacqueline de Oliveira Duarte Ferreira, UERJ, jacquelineferreira33@hotmail.com

O presente trabalho apresenta investigações em curso no Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais - da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, que integram a Linha de Pesquisa - Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas. Estas investigações têm como cenário comum o desmonte das políticas educacionais, em especial dos programas de formação de profissionais da educação e seus impactos na qualidade da educação básica pública no Estado do Rio de Janeiro. O recorte temporal comum abarca os últimos cinco anos, mais especificamente, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial de 2016 (KRAWCZYK; LOMBARDI, 2018), tendo como pano de fundo o cenário social e político de crescimento do ideário neoliberal e avanço do conservadorismo no Brasil, pós eleições 2018.

Consideramos, analisando a legislação e a literatura pertinente, que a descontinuidade e desmonte – por asfixia financeira, cortes de bolsas e recursos, entre outros aspectos – dos Programas de Formação Inicial e Continuada, implementados pelo MEC, no período de 2004-2016, em parceria com as Universidades Públicas, foram fruto de reorientação político-pedagógica do MEC, após 2016. Nesse enquadre, vemos a hegemonia de uma concepção neoliberal de educação baseada na defesa do livre mercado que entende que a qualidade da educação depende da inserção das escolas, professores e estudantes em um mercado concorrencial, sem interferência do Estado, designadas como reformas empresariais da educação (FREITAS, 2018). Essa proposição estimula processos de padronização curricular, centralização e controle, visando favorecer interesses privatistas, impactando o trabalho e a formação dos profissionais da educação, acentuando processos de desvalorização de suas carreiras. Cabe destacar que uma série de resoluções, leis, pareceres, a par de outros documentos nacionais e internacionais, têm submetido a educação brasileira aos ditames neoliberais, seguindo recomendações de agências multilaterais (Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, OCDE etc.), desde a década de 1990. Segundo Evangelista e Shiroma (2015) a concepção de Estado Neoliberal baliza as recomendações de privatização, as políticas de padronização curricular, os sistemas de avaliação baseados em exames censitários de larga escala e de adoção

de critérios meritocráticos, que funcionam como indutores da inserção da educação no mercado. Essas transformações no campo educacional passam pelas esferas da docência, desde o currículo, a formação inicial e continuada, até a carreira, avaliação e gestão, tratando-se “de uma proposição de mudança em cadeia, da formação do professor, do trabalho docente e do aluno a ser formado (EVANGELISTA, SHIROMA, 2015, p.333). Assim, a formação de professores tem papel estratégico.

O enfoque adotado associa esse processo de desmonte aos ataques à democracia e ao direito à educação. A imposição de uma padronização curricular, via Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de reduzir e esvaziar de significado o currículo da educação básica, projeta impactar a formação de professores, pela descaracterização dos cursos de licenciatura impondo sua adequação à BNCC. Nesse processo de mudança paradigmática dos currículos, destaca-se o protagonismo do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC) descaracterizando os programas de formação que restaram, como o PIBID e o PARFOR.

AS INVESTIGAÇÕES

Nesse esforço investigativo, destacamos duas pesquisas em fase inicial para elaboração de dissertação de Mestrado em educação, sobre programas de formação inicial vinculados à Educação Básica pública. Uma das pesquisas investiga o PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – e seus impactos na atuação dos professores das redes públicas de municípios da Baixada Fluminense, tendo como objeto o Curso de Pedagogia ministrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no campus Nova Iguaçu. A outra pesquisa investiga o Programa Institucional Residência Pedagógica (PIRP), instituído pelo MEC em 2018, focalizando o processo de implantação na Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com escolas públicas das redes municipais e estadual do Rio de Janeiro.

O PARFOR foi instituído em 2009, alinhado com uma política inclusiva que objetiva oferecer educação superior gratuita a professores das redes públicas de ensino que não possuem a formação necessária para exercer o magistério na área em que atuam. No Rio de Janeiro, a única Universidade que implantou o PARFOR foi a UFRRJ, nos campi Nova Iguaçu e Seropédica. O PARFOR visa melhorar a qualidade da educação, a partir da elevação da formação em diálogo com os estados e municípios, franqueando o acesso desses profissionais à educação superior pública, gratuita e de qualidade (MEC, 2009).

A pesquisa se propõe a investigar o impacto do PARFOR na formação e no trabalho docente dos egressos do curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar (IM/UFRRJ), campus Nova Iguaçu, identificando a interferência desta política educacional no fazer pedagógico desses profissionais no cotidiano escolar, que afetam diretamente crianças e jovens das classes populares. Destaca-se a necessidade de compreender melhor as assimetrias educacionais, dada a abrangência que a formação docente possui. Assim, ressignifica-se a importância em que inscrevem políticas educacionais com impacto no processo formativo – de professores e estudantes - e sua relevância nas ações pedagógicas.

O Programa Institucional de Residência Pedagógica (PIRP) – objeto de investigação da segunda pesquisa – integra a Política Nacional de Formação de Professores, publicizada em 2017, e materializada nos editais dos programas Residência Pedagógica, Pibid e UAB, lançados em março de 2018.

O PIRP, instituído em 28 de fevereiro de 2018, por Portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é parte do processo de descaracterização do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que objetivava promover a articulação entre teoria e prática, estimulando a docência e valorizando o magistério entre os estudantes das variadas licenciaturas. O PIBID tem sido considerado essencial para a formação inicial de professores, uma vez que proporciona a aquisição de experiências profissionais através da proximidade com a dinâmica da sala de aula e com o contexto escolar como um todo. O Programa Residência Pedagógica – à semelhança do PIBID – visa promover a articulação entre teoria e prática, mas se destina aos estudantes na segunda metade do curso, enquanto o PIBID, após 2018, passa a ser restrito aos licenciandos que cursam os dois anos iniciais. Ambos objetivam, ainda, induzir a reformulação dos cursos de licenciatura e promover a adequação dos currículos de formação inicial de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A reconfiguração do PIBID e a criação do PIRP se deram em meio a um cenário de aceleração de um conjunto de reformas no campo da educação relacionadas à perspectiva neoliberal, associada a uma concepção conservadora.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As duas pesquisas apresentadas visam contribuir para a produção de conhecimento sobre as políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, e sua relação com os processos democráticos e a ampliação do direito à educação em uma perspectiva inclusiva. As análises iniciais apontam para uma vinculação das políticas atuais de formação de professores às reformas educacionais que visam ressignificar a função social da

escola, reduzindo-a a seus aspectos instrumentais e instrucionais, favorecendo processos de privatização da gestão, impulsionados pela padronização curricular, acirrando desigualdades educacionais nunca superadas, a par da aceleração de processos de precarização do magistério e desvalorização dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 6.775, de 29 de janeiro de 2009, instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. *Revista Contemporânea de Educação*, vol.10, n.20, p.314 a p.341, julho/dezembro de 2015. Disponível em <https://doi.org/10.20500/rce.v10i20.2730>. Acesso em 23/08/2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação – nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.